

MARCHARAM SOBRE A CAPITAL MINEIRA MAIS DE QUATRO MIL GREVISTAS DE MORRO VELHO

E' um engodo o "plano canadense" — Sem resultado a reunião mediadora — Rejeitada a proposta do Tribunal Regional do Trabalho, pelos trabalhadores — Permanecem rão firmes na sua decisão até solução satisfatória e definitiva

BELO HORIZONTE, 3 (Do enviado especial) — Há mais de um mês que se declararam em greve os trabalhadores das minas de Morro Velho. Através de um manifesto os mineiros expuseram as razões do movimento: 3.849 operários dos 4.367 que trabalham nas minas de Raposas e Nova Lima, ganham menos de Cr\$ 1.800,00, que constitue uma remuneração baixíssima, para uma região onde o custo de vida é igual ao de Belo Horizonte e outros centros industriais do país e onde não existe a possibilidade das mulheres e filhos, em condições de trabalhar, ajudar no orçamento doméstico, porque o trabalho nas minas é a única atividade local.

UM ENGODO O "PLANO CANADENSE"

Os proprietários das minas, em convenção com as autoridades governamentais "trabalhistas", instituíram um sistema de férias pagas, baseado em gratificação proporcional à produção de ouro extraído. Conseguiram o Sindicato dos Mineiros provar que esse plano, denominado "plano canadense", beneficiou apenas patrões, com o aumento considerável da produção além de aumentar os rendimentos dos altos funcionários da empresa, que na sua totalidade são estrangeiros. Acresce ainda que a companhia vem retardando o pagamento das gratificações devidas, de acordo com o plano, além de sonhear aos tra-

balhadores os atrasados correspondentes ao pagamento das ferias remuneradas e descanço semanal, colocando essas importâncias em bancos com o fim de lócuparem-se com os juros. Em conclusão o chamado "plano canadense", que no dizer dos patrões levaria todos os mineiros a desfrutarem uma situação invejável, não passa de um clamoroso engodo aos trabalhadores.

MEDIÇÃO MINISTERIAL

Na reunião realizada entre grevistas e dirigentes da empresa canadense, promovida pelo Ministério do Trabalho, não foi possível um acordo, pelo fato de o representante ministerial, sr. José de Barros Nunes, não permitir que da mesma participassem os advogados das partes, com os quais discutiu acaloradamente tendo como consequência, terminado sem os resultados desejados a reunião que se degenerou em tumulto.

(Conclui na pag. 2)

FOLHA SOCIALISTA

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Diretor Responsável
ANTONIO COSTA CORRÉA
Diretor-Gerente:
HOZAIR MOTA MARCONDES

Redação e Administração
RUA TABATINGUERA, 362
SÃO PAULO - BRASIL

N.º avulso: Cr\$ 1,00
Ass. anual: Cr\$ 50,00

ANO V — 5 de novembro de 1953 — N.º 11

VIOLAM AS OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS QUE ASSUMIMOS AS VIOLENCIAS DO "GOVERNO TRABALHISTA" CONTRA OS MARITIMOS



Em meados do mês passado declaram-se em greve os trabalhadores marítimos, com apoio de uma maioria das assembleias dos sindicatos que reúnem os trabalhadores de mar. Esse é um direito assegurado pelo nosso Carta Magna do qual fizemos uso aqueles trabalhadores no sentido de induzirem o governo e os armadores a cumprirem os cláusulas do acordo firmado no Ministério do Trabalho, como consequência da greve deflagrada em seu ultimo. Apesar do dispositivo constitucional que assegura aos trabalhadores o direito de lançamento da greve como um processo de reivindicações, o governo trabalhista de Getúlio Vargas, baseado num decreto-lei do governo

Dutra, incompatível com a democracia, com a Liberdade e com a dignidade de qualquer povo civilizado, continua a considerar a greve como um crime. Usando desse nefando decreto 9.070, o governo "trabalhista" de Vargas e Jango Goulart, tem a armaz necessária para sufocar cada vez mais a liberdade de reunião e de organização de classe, principalmente quando os trabalhadores assim se unem para suas reivindicações mais sentidas e imediatas. A serviço da reação burguesa "governo dos trabalhadores" lança a polícia contra os trabalhadores. Antes mesmo que houvesse qualquer inicio da execução da greve decretada pelo Comando Geral de Greve, dos sindicatos de Marinheiros, Foguistas e Tafeiros, no Distrito Federal, foi invadida por policiais que não tiubearam em usar os seus revólveres e cassetetes, agredindo violentemente os trabalhadores que se encontravam reunidos, para ouvir a palavra de ordem do Comando Geral da Greve. Encotaram os policiais o necessário e justa resistência por parte trabalhadores que tinham consciência de estarem defendendo um direito inalienável. Dirigentes sindicais foram desumanamente espancados e presos. O clichê acima mostrou bem um pouco da que foi o uso de violência da sede do sindicato dos marinheiros e da sua extrema violência quanto os trabalhadores a defendem contra o capitalismo da polícia, com as únicas armas que dispunham: — as dentes. Foi instaurado inquérito contra os dirigentes grevistas e muitos ainda se encontram presos. Ninguno deve silenciar diante

dessa atitude do governo "trabalhista" de Getúlio e de Jango, que nos coloca em situação vergonhosa em face dos povos livres do mundo, violando os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Liberar o sindicato da tutela ministerial e das correntes partidárias eleitorais!

dem desfalcamento pelo respeito à autonomia dos sindicatos, só dura pelo respeito ao direito de greve, elas as tarefas para os quais nos sentimos no dever de combater os trabalhadores, como expressão do movimento grevista dos valorosos trabalhadores marítimos.

O direito de greve e o arbitrio policial

Ai temos novamente ou como sempre — após breve e ilusório interregno de respeito aos direitos dos trabalhadores — a questão social como "caso de polícia"; o direito de greve como um favor, em cada caso concedido ou não pela polícia política, a seu criterio. E mais uma vez a Lei de Segurança empunhada pelos beleguins policiais como um chicote.

O ministro interino do Trabalho, num reconhecimento explícito de que houve violência, lava as mãos declarando, em entrevista, que não pertui do seu ministério "nenhuma ordem para que fosse empregada violência contra os marítimos" e encusando-se, ainda, com a sua ignorância oficial das brutalidades ocorridas — que toda a população conhece — pois de nada o informaram o Ministério da Justiça e a Chefia de Polícia. Afinal, é um ministro interino, apenas um "responsável pelo expediente". Piloto mais distante, ainda que mais responsável, o ministro da Justiça parece pouco mais saber, e aprova, ao menos implicitamente, o que fizeram os espancadores de operários, funcionários de um Departamento subordinado àquela pasta.

O chefe de Polícia, culpado mais diretamente, investe-se na plena responsabilidade das coisas de selvageria, ele que, de modo geral, se vinha portando com maior derideção e impunidade aos famosos de sua repartição, até certo ponto, o respeito às garantias constitucionais. Vem a público o general Ancora accusando o diretor da polícia de ser um criminoso das suas subordinações, proclamar-lhes a inocência, invertir os fatos para apresentar os réus como vittimas. Chega a dar os policias como "brutalmente agredidos" e a afirmar que da parte das verdadeiras vítimas — marítimos

e demais presentes à reunião — não houve balas por ferimento, quando os jornais estampam fotografias dessas vítimas da sanha policial, nos hospitais e documentação fotográfica inúmeras da caça feita aos operários mesmo fora da sede do sindicato. Bom provélio ao utilitar de bom conceito até investir-se em cargo tão mal fadado. Repete os velhos processos da truculência e mistificação da polícia. Agiu exatamente como os seus negregados antecessores Felinto Müller, Pereira Lira, Línia Camara, Cirilo Rezende e outros.

Trechos mistificadores numa só: a negligência de um direito grevista, a violência do direito de polícia política; a inversão da iniciativa e das culpas do atuado — a polícia a atuado por uma multidão de trabalhadores desarmados; e o velho truque de converter em in-

(Conclui na 2.ª pag.)

PLENARIA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Foi marcada para dia 13 de dezembro, Brásilino vindouro realização de mais uma reunião plenária do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro. As sessões serão realizadas na sede do Partido, a rua Tabatinguera, 65, com a seguinte Orden do Dia: 1) Exame da situação política do Estado; 2) Questão sindical; 3) Várias. Essa convidados diversos dirigentes sindicais filiados ou não ao partido, com a finalidade de tornar mais amplos os debates. Essa reunião plenária, contará com a presença do secretário sindical do Diretório Nacional, cujo, Fernando Arruda.

Folha Socialista

ÓRGÃO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
Diretório Regional do Estado de São Paulo

TABELA DE PREÇO POR CENTÍMETRO DE COLUNA

1a pagina	Não acostamos
Demais páginas internas	Cr\$ 40,00
Última pagina	Cr\$ 50,00

TAMANHO E DIVISÃO DA COLUNA

Altura da coluna	40 cents.
Largura da coluna	5 cents.
Número de colunas
Assinatura anual	50,00

MARCHARAM SOBRE A CAPITAL...

(Conclusão)

Do recinto, os diretores da companhia somente conseguiram se retirar, graças à intervenção dos jornalistas

A MARCHA SOBRE BELO HORIZONTE

Conforme vinham anuncianto, após permissão concedida pelo Ministério do Trabalho, os mineiros partindo de Rupas e Nova Lima, executaram a sua marcha a Belo Horizonte, pertencendo a 14,000 pessoas, a fim de assistirem à sessão do Tribunal Regional do Trabalho que julgará na sua sessão de outubro o dissídio proposto pelos empregados contra a Companhia de Morro Velho.

Mais de 7.000 pessoas entre trabalhadores e suas famílias desfilaram pelas ruas de Belo Horizonte, na mais perfeita ordem, para agradecer ao povo belo-horizontino o apoio que vem dando aos operários pardestas. Visitaram as redações dos jornais e a Assembleia Legislativa, levando cartazes alusivos às suas reivindicações, tendo oportunidade de expor de viva voz a situação de exploração a que estão submetidos e clamando por justiça. Durante

MORTE NO TRABALHO...

(Conclusão)

rapto-se as disposições das instalações. Extratudo os estabelecimentos industriais e comerciais do Estado continuam explorando inscrutavelmente o trabalho do menor, sem que nenhuma providência seja tomada pelas autoridades ministeriais, porque elas desconhecem tal fato. A fiscalização da D.R.T. nunca descobre coisa alguma. Andando bem apelos desses lados e principalmente para os bairros dos fiscais, venalissimos representantes da cr. aguardaria, atualmente empêchados na "nobre" tarefa de lancar a candidatura de João Goulart à presidência da Repúbl. Munic.

O CRIME DE VALINHOS

O fatto trazido no nosso conhecimento pelo companheiro Manoel Marques da Rocha e ocorrido na vila romântica de Valinhos é bem mais exemplo de criminalidade desse tipo, que leis do trabalho, pelos homens de poder protegidos pela política friabilhista de Getúlio Vargas, que dia n'ille mais se curva nos interesses plô de que sucede em quase todos do capitalismo doméstico. A exemplo das valinheiras, o gerente da Cerâmica F. C. de propriedade do sr. Flávio Carvalho, sr. Jerônimo Alves Corrêa, admitiu nos serviços daquela empresa, a menor de 9 anos, Maria Ribeiro, filha do sr. Benedicto Batista Ribeiro, em tal a menor coletivo. Não bastando o crime de violar a menor para exercer tarefas incompatíveis com a sua idade, não só por serem danosas à sua vida, mas ainda arriscadas para a sua vida e segurança, visto que executadas em local perigoso das instalações industriais, com proximidades de máquinas desprovidas de qualquer proteção. Em 25 de agosto último, a menor foi espanhada pela corrente de transmissão e pelas engrenagens de uma das máquinas, morrendo instantaneamente, ficando o seu corpo horrivelmente mutilado.

DEZ MIL CRUZEIROS POR UMA VIDA

O gerente da Cerâmica F. C.,

Reacionaria a política do senhor Oswaldo Aranha

Tentativa de salvar da bancarrota o latifundio e a estrutura feudal do campo - Reforço dos traços colonialistas da nossa estrutura econômica - Oposição à reforma agrária e à criação de um mercado interno para a nossa indústria

Febus Gikovaté

Um dos aspectos mais reacionários da reforma econômico-financeira do sr. Oswaldo Aranha é a tentativa de impedir a evolução de nossa economia no sentido da superação da fase colonial, ora em curso.

A nossa economia é, historicamente, uma economia colonial. A sua produção agrária não se destina a satisfazer as necessidades de um mercado interno, praticamente inexistente, e sim à exportação. Daí a predominância do latifundio, da grande propriedade agrícola, interessada na produção de gêneros destinados à exportação. E o caso do açúcar, da borracha, do algodão e, na última etapa, do café. O desenvolvimento industrial do país nunca fez parte dos planos das nossas classes dominantes. Ele foi condicionado por fatores independentes de sua vontade, representados pela primeira e, principalmente, segunda guerra mundial.

Essa estrutura colonial da economia agrária do país, principal responsável pela miséria do povo brasileiro, começou a sofrer de uma profunda crise, que se vinha agravando progressivamente. Os fatores da crise são numerosos e variados. As perspectivas da economia agrária se tornavam cada vez mais sombrias e paulatinamente ia amadurecendo a consciência de uma reforma radical e

profunda. Os produtos de exportação da economia agrária se viam cada vez mais ameaçados pela concorrência atual e futura de produtos análogos das colônias europeias da África. Os grandes projetos iniciados pela Inglaterra e França nas colônias africanas prometiam tornar cada vez mais difícil a colocação dos produtos brasileiros. O surto de industrialização, embora parte artificial

de uma reforma radical e

profunda. Os produtos de exportação da economia agrária se viam cada vez mais ameaçados pela concorrência atual e futura de produtos análogos das colônias europeias da África. Os grandes projetos iniciados pela Inglaterra e França nas colônias africanas prometiam tornar cada vez mais difícil a colocação dos produtos brasileiros. O surto de industrialização, embora parte artificial

de uma reforma radical e

(Continuação)

tentativa comunista qualquer movimento de reivindicação de melhoria para o trabalhador. Como é natural, alguns jornais, por princípio e por sistema, contrários aos movimentos operários de reivindicação, preferiram a versão oficial mentirosa em todos os pontos. Mas é em alguns outros jornais, dentre os mais radicalmente contrários ao comunismo, mais vigilantes contra as agitações comunistas, e até num deles, pelo menos, governista que encontramos através de noticiário minucioso e documentado pelas objecções, o desmentido da invocada "legitimidade" do latifundio, para colocá-lo numa posição de maior humilhação. Tentei fazer silenciar o pai e a mãe da menor, Maria Lúcia, de São Mateus, que viviam na vila romântica Ribeiro, fazendo chegar-lhes a impotência de Cr\$ 10,000,00, para, colocando uma pedra sobre o caixão, encovilhando dessa forma muito humilde lar abandonado. Para o sr. Alves Corrêa, o diabinho resolve tudo e pagar, o prego de uma vida que ele mesmo arbitraria o valor mais que aquela importância. Entretanto, o pai e a mãe de Maria Ribeiro, embora humildes e pobres aquela vida não constitui objeto de comercio.

O que elas desejavam é uma justiça, que respondesse ao seu direito, ao direito do menor, ao direito da menor, ao direito do trabalhador, aos homens de poder protegidos pela política friabilhista de Getúlio Vargas, que dia n'ille mais se curva nos interesses plô de que sucede em quase todos do capitalismo doméstico. A exemplo das valinheiras, o gerente da Cerâmica F. C. de propriedade do sr. Flávio Carvalho, sr. Jerônimo Alves Corrêa, admitiu nos serviços daquela empresa, a menor de 9 anos, Maria Ribeiro, filha do sr. Benedicto Batista Ribeiro, em tal a menor coletivo. Não bastando o crime de violar a menor para exercer tarefas incompatíveis com a sua idade, não só por serem danosas à sua vida, mas ainda arriscadas para a sua vida e segurança, visto que executadas em local perigoso das instalações industriais, com proximidades de máquinas desprovidas de qualquer proteção. Em 25 de agosto último, a menor foi espanhada pela corrente de transmissão e pelas engrenagens de uma das máquinas, morrendo instantaneamente, ficando o seu corpo horrivelmente mutilado.

INDIFERENTES AS AUTORIDADES DE CAMPINAS

O presidente do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro, sr. Manoel Marques da Rocha, patrono da causa, encaminhou o processo às autoridades campineiras, tendo-se dirigido ao juiz de menores e ao promotor daquela cidade, que prometeram instaurar o competente inquérito dentro de quinze dias. Decorridos de um mês, como nenhuma providência fora tomada, dirigiu-se o sr. Manoel Marques da Rocha ao Conselho Superior da Ordem dos Advogados, que é a única instância de justiça do Estado, solicitando que se prevalecesse o direito de greve, depositando nas mãos daquele autoridade os Cr\$ 10.000,00, com o que o sr. Jerônimo Alves Corrêa pretenderia subornar a família da vítima. Espera o suplicante que justiça seja feita, e que correctivo severo seja aplicado aos violadores das leis e desrespeitadores da vida do trabalhador brasiliense.

GRATIFICAÇÕES DE FIM DE ANO

(Continuação)

será mais do que a antecipação do direito a participação nos lucros, que lá está garantido pela Constituição, mas que o Com-

condicionado pela segunda guerra mundial, recuperou intensamente sobre o campo, privando-o da mão de obra abundante e barata, base sobre a qual se edificou sua aparente grandeza. O surto industrial provocou no ultimo decênio um êxodo rural em grande escala, acarretando a falta de braços na lavoura. O campo se despojava. As indústrias de São Paulo, aliadas, não só o trabalhador do campo do interior do Estado, mas também grandes levas de imigrantes de outros Estados, principalmente do nordeste, onde a seca ainda tornava mais intoleráveis as condições de vida.

A falta de braços na lavoura se transformou no problema mais agudo e insolvel do campo. As condições de vida dos trabalhadores da indústria, embora precárias eram de muito superiores aos do campo. Não só os salários eram maiores. O trabalhador da indústria tinha a sensação de relativa liberdade, contrastando com a escravidão das fazendas, e participava das facilidades que as cidades ofereciam aos seus habitantes. Tudo isso faltava no campo. Não é de admirar que levas cada vez maiores abandonassem os campos de procura de melhores condições de vida nas cidades.

Não havia solução para a falta de braços na lavoura. Os salários mais elevados que os latifundiários se viram obrigados a pagar para manter e constituir o sistema de propriedade na formação dos produtos gravosos, ponto de partida da agiulação de nossa crise, ou, mesmo, a insufiação do Ministério do Trabalho às greves. Premido pelo interesse contrariado do patronato, ou alarmado com a reação dos que, com ou sem razão, viam intensificadas golpistas, não conduta admissível, o governo voltou ao seu processo de sempre.

Tratava-se de quem não se julgava com a demagogia oficial "rababilista" e teciam esquema que colocava de um lado o ex-ditador e o seu gente, e do outro a "reação". Em uma análise, o sr. Getúlio Vargas sempre serviu à reação, sempre nela esteve integrado, por mais afreviadamente que em suas crises de popularidade, sempre lutasse combatible. Era aí o começo a agravante da demagogia, tal como a de todos os ditados fascistas e, que incompreensivelmente, nesta altura da história, ainda engana tanto gente no Brasil.

OSÓRIO BORBA

EXAMINANDO
"IN LOCO"...

(Continuação)

Obras da Municipalidade, no sentido de atender as aspirações, conjunto dos moradores de bairros São Luís, Vila România, Vila Morel e Lapa, o sr. Osório Borba, tendo apresentado estudos que estavam realizando no local, solutionou problemas muitos imediatos das localidades, dentro do mais breve espaço de tempo possível. Mercedo cuidado especial de sua Secretaria, a questão das inaugurações periódicas do Rio Mandi, sem deixar de frizar que a solução definitiva depende das conclusões da retificação do Tietê, que causa a obstrução nas proximidades da sua confluência com o rio.

Dirigiu-se a seguir, o engenheiro José Caetano Alvaras para Vila Pompéia, a fim de visitar as obras de pavimentação da rua Calow, anotando para providências imediatas, todas as deficiências verificadas no desenvolvimento dos trabalhos que ali vêm sendo executados.

A política financeira do sr. Osvaldo Aranha se propôs, como uma das tarefas, a salvaguarda da integridade das estradas federais, das estradas e dos grandes faroleiros. Fazendo talvez razão de todas as críticas feitas à nova estrutura rural, ignorando inclusive as conclusões da Comissão Nacional de Política Agrária, o sr. Osvaldo Aranha resolveu aplicar em cada injeção de oleo canforno do combalido organismo agrícola, em uma tentativa de prolongar ao menos a sua ação. Ao lado de outros males contidos na resolução 72 da Superintendência do Crédito e da Moeda, se destaca, como o maior, essa tentativa de assegurar, por meios artificiais e prejudiciais ao desenvolvimento do país e aos interesses do povo, a sobrevivência por mais algum tempo das condições relativas na velha estrutura agrícola brasileira.

Essa sobrevivência será forçadamente de curta duração. O ação de cinco cruzamentos por dólar para exportadores de café e de 10

pressa agora não transformou em lei.

E' preciso, porto, que se promova uma campanha pela aprovação do projeto que obriga os patrões à gratificação de um ordenado ao fim de cada ano.

(Continua na 7a pág.)

SEM PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO A CRISE DE ENERGIA ELETRICA

Dominam os interesses das empresas concessionárias, no Conselho Estadual de Energia Elétrica - Impede o progresso de S. Paulo a Cia. Paulista de Força e Luz - A verdade sobre o problema - Discurso do vereador socialista Alberto Eliezer Filho, na Câmara de Franca

O angustiante problema da falta de energia elétrica essencial ao nosso desenvolvimento econômico vem sendo debatido em todo o país com o interesse que merece. A palavra dos homens probos e corajosos vêm colocando nos seus justos termos a situação, principalmente no interior cujo desenvolvimento sofre interrupção por força da política colonialista praticada pelas empresas estrangeiras concessionárias dos fornecimentos de energia elétrica. Divulgamos nesta edição o discurso que o vereador socialista, Alberto Eliezer Filho, pronunciou na Câmara Municipal da progressista cidade de Franca, no sentido de refutar todas as alegações invocadas pela Cia. Paulista de Força e Luz, afim de eximir-se da responsabilidade no crime que vem sendo cometido contra as populações obreiras da Zona Mogiana, que é um vasto domínio da Bond and Share, no Brasil.

Nesse trabalho de hoje de dedicado à análise de uma exposição feita por destacado membro das Empresas Elétricas Brasileiras, na reunião do Conselho das Associações Filhas à Associação Comercial de S. Paulo, em 27 de agosto último. A data é recente, e, conforme se verá, os dados são os mais atualizados. Nessa reunião compareceu, como representante das referidas empresas, o dr. Júlio Otto Theodoro Lohmann, para explicar aos representantes do comércio paulista as razões do racionamento. O dr. Julio Lohmann é engenheiro chefe da Companhia Paulista de Força e Luz. Além disso, é ele membro do Conselho Estadual de Energia Elétrica. Isto vem provar duas coisas importantes: 1.o) - o dr. Lohmann é funcionário de silo controlado da Cia. Paulista; 2.o) - Nos Conselhos de Energia Elétrica, dominam os interesses das concessionárias, pois são eles constituintes, em boa parte pelo menos, por representantes das mesmas.

E com base nesse argumento, desenhoremos aprofundamente. Duas empresas estrangeiras controlam o setor elétrico brasileiro no Brasil: A "Light and Power", canadense e a "Bond and Share", norte-americana. A primeira controla as zonas do Rio de Janeiro e de S. Paulo. A segunda, que chegou ao Brasil um pouco迟rada, ficou com o interior do Estado de S. Paulo. A ele pertence a Cia. Paulista de Força e Luz, cujo nome é paradoxal, pois não fornece força nem luz, nem é paulista, por ser norte-americana. De seu pomposo nome, ficará apenas a expressão Companhia, à qual temos atribuído o adjetivo "ódiosa", por lhe calhar muito bem. Essa Cia. iniciou suas atividades entre nós em 1929, adquirindo de várias empresas de energia elétrica. Que desde o começo teve a teimosia de trair, provam-nos as próprias palavras do dr. Lohmann, o qual afirma textualmente:

"Existiam, naquela época, usinas de 200.000 KW desativadas, que praticavam onerosos serviços. Tornando, naquele ocasião (1929), conta de 21 usinas, a primeira idéia da Cia. Paulista foi tirar o máximo partido da produção dessas usinas, interligando-as [pg. 9]."

Esta é perfeitamente caracterizada a ideia do trair, eis que 21 unidades passaram a trabalhar sob orientação unica, para um mesmo resultado. E, tecnicamente, trair é isso. E' importante notar ainda que o dr. Lohmann não falou em tirar a máxima produção das usinas, e sim em tirar o máximo partido da produção daquelas usinas. Continua o dr. Lohmann:

- Em 1929, quando a Cia. iniciou as suas atividades, o total de capacidade isolada nas usinas era de 50.000 KW. Com a interligação, a Cia. obteve resultados satisfatórios, e pôde satisfazer as necessidades de energia elétrica, de 1929 até aproximadamente 1938 ou 1937. Nessa época, a Cia., por suas previsões, verificou que precisava fazer uma usina hidro-eletrica" (pg. 10).

Desse topoconcluiu:

- Que as usinas existentes em 1929 satisfizeram não só as necessidades da época, como também os anos posteriores, até 1936 ou 1937;

- Que o engenheiro chefe da empresa nem sequer sabe prever até que ano tais necessidades foram satisfeitas, usando uma expressão vaga como este: "até aproximadamente 1936 ou 1937".

- Que somente em 1937 veificou a Cia. que precisava fazer uma usina hidro-eletrica. Isto mostra que a Cia. nunca teve previsão, sendo sua única preocupação a de vender o maior número possível de kilowatts, pelo maior preço possível. Aliás, na questão de vender o que não tem, pelo maior preço possível, a Cia. sempre demonstrou possuir técnicas produtíssimas.

Foram então estudadas as condições de Avanhandava, onde a Cia. já possuía uma usina de 2.000 KW, "iniciando logo todas as demarques, para obter financiamento e tudo mais que se fizesse necessário. Começou sua construção finalmente em 1939 ou 1940", tudo segundo expressões textuais do dr. Lohmann, que, aliás, nem sabe o quanto foi que iniciada a construção da usina. Continua ele:

- "A usina, que deveria estar em funcionamento em 1943, só pode iniciar sua produção de energia elétrica em 1946. Consequência: - houve racionamento nos anos de 1944 e 1945".

Essas declarações demonstram:

1.o) - Que só muito tarde, em 1937, verificou a Cia. a necessidade de construir nova usina.

2.o) - Que verificada essa necessidade, a Cia. levou três anos para obter financiamento; isto prova que pensam que a Cia., por ser estrangeira, tem capital de fato, que ela, quando pretende construir, procura obter crédito, e não qualquer outro; em vez de olhar seu próprio bolso, procura contrair obrigações que serão pagas com os próprios lucros dos seus empreendimentos o que, em sua linguagem financeira, significa auto-financiamento, isto é, o pagamento das novas inversões com o próprio lucro das inversões.

3.o) - Que a solução de que a guerra teria retardado a cons-

trução da usina de 1943 para 1946, é inteiramente impróprio, pois é fato corriqueiro para os conhecimentos da matéria que uma usina hidro-eletrica leva em média sete anos para ser construída, e a de Avanhandava levou exatamente esse tempo.

4.o) - Que o governo nada impedi nesse ramo de atividade, tanto assim que a Cia. iniciou e terminou a usina quando bem entendeu, tendo levado mais de dois anos pensando no financiamento.

5.o) - Que houve racionamento nos anos de 1944 e 1945, sem que tivesse havido diminuição nos nossos mananciais hidráulicos, de culpa, é óbvio, invocada pela Cia., que a diminuição dos mananciais é a causa do racionamento, não teria aplicação nos citados anos de 1944 e 1945, em que o racionamento foi feito, que, se ocorressem fenômenos naturais imprevisíveis e inevitáveis. Portanto, a culpa é exclusivamente da Cia., que não fez previsões que só pensou na necessidade em cruzero e não na produção de quilowatts, e que assim zonava a usina que serve tão mal e com tanta prepotência.

Vamos dar a palavra novamente ao dr. Lohmann:

- Em 1946, colocamos em funcionamento a nova usina de Avanhandava, com duas unidades de 10.000 KW." (pg. 10).

Essa afirmativa sugere as seguintes observações:

1.o) - Que durante dezenas anos, de 1929 a 1946, a Cia. apenas manteve em funcionamento o sistema que ela acombarco em 1929, sem nenhum aumento, ou seja, 30.000 KW, então existentes.

2.o) - Que somente depois desse "curto prazo" de 17 anos (mais tempo que o que levou o conselheiro de getuliano), inaugurou a Cia. a usina de 20.000 KW quando a nossa necessidade real se elevava a 264.000 KW.

3.o) - Que as estatísticas provam que o consumo elétrico se eleva, de ano para ano, à dez por cento; assim, para os 50.000 KW existentes em 1929, deveríamos prever: 55.000 KW para 1930 - 60.500 KW para 1931, 67.000 KW para 1932, 74.000 para 1933, e assim por diante, acrescendo-se sempre 10% ao consumo do ano anterior. Por esse cálculo, já em 1933 a necessidade das zonas servidas pela Cia. era de 74.000 KW, e em 1946, quando a "benemerita" inaugura a usina do Avanhandava, essa necessidade se elevava a ... 264.000 KW, somente naquelas zonas. Que é que a Cia. nos proporciona, para atender a essa necessidade de 204.000 KW? Apresenta-nos o cálculo de que a usina de Avanhandava, que, adicionadas 30.000 já existentes, perfazem 60.000 KW, que, em 1946, em vez das nossas curvas primárias, que saiba diminuir 70 de 264, chegará à conclusão de que o deficit, em 1946, era 194.000 KW, na zona da concessionária. Em outras palavras, a necessidade de consumo aumentou, em porcentagem, de 528%, em 17 anos, enquanto que, no mesmo tempo, a produção de energia pela Cia. aumentou apenas de 40%. E' o caso de perguntar: teria havido falta dágua ou falta de previsão?

Continua ingenuamente o dr. Lohmann:

- Quer dizer, se a Cia. conseguisse passar de 1929 a 1936, com 50.000 KW, desse ultimo ano a 1946, embora aumentasse de 20.000 KW, a capacidade, sua produção não era suficiente" (pg. 10).

Ora, grande descorbo!!! Vines que em 1946 a exigência era de 264.000 KW para uma potencia de 50.000 KW. Portanto, o deficit era de 214.000 KW. Em lugar desse 214.000, a Cia. nos deu 20.000 apenas, persistindo um deficit de 194.000 KW, conforme já vimos. Portanto, é claro que a produção não era suficiente, como não é e não será nunca enquanto estiver nas mãos dessa concessionária.

Vemos dar novamente a palavra ao dr. Lohmann:

- "Dai nascer a usina de Americana, com mais de 20.000 KW. Esta usina entrou em funcionamento em 1949, juntamente com a terceira usina de Avanhandava. Entrou em mais 30.000 KW!"

Com essa linguagem nebulosa, diz o engenheiro da Cia. que, além da usina de 20.000 de Americana, foi instalada uma máquina de 10.000 em Avanhandava. Até todo, 30.000 KW, já em 1949, que somados aos 70.000 existentes, perfizeram o total de 100.000 KW. Nesta altura, em 1949, segundo o modesto aumento de 10% anualis mencionados, as necessidades das zonas servidas já montavam a 332.000 KW. Como a Cia. só dispunha de 100.000 KW, Portanto, acho, peço especial atenção, que a usina de 252.000 KW. Portanto, acho, que, só depois de inaugurada a usina de Avanhandava, em 1954, é isso depois de inauguração da usina de Americana, em 1954, trés anos depois da inauguração dos últimos 30.000 de Americana e Avanhandava. Se não se pode fazer, em face de água, estagnada prolongada, se, compilando todos os dados estatísticos, ficam reveladas a ação nociva e a comissão criminosa da Cia., pela existência de déficit, em períodos que não foram sacrificados pela estagia, mas que, como sempre, foram sacrificados pelo ambicioso demorado do poderoso trast, cujo lema tem sido: produzir pouco, vender muito, aumentar preços e servir mal.

Precisavam em 1949, de 332.000 KW. A Cia. só dispunha de 100.000 KW. Era suficiente? E' o próprio engenheiro chefe que, à pg. 10 do relatório, faz a pergunta e a responde, nos seguintes termos:

- "Era suficiente? Não! Pouco depois da usina de Americana ter entrado em funcionamento, verifico que também ela não era suficiente. Todos devem concordar comigo, que é muito mais fácil montar uma indústria que uma companhia instalar uma usina elétrica..."

Concordamos com a infantil comparação. Mas é exatamente porque as usinas elétricas são de montagem mais difícil, mais rara e mais demorada, que as concessionárias devem fazer previsões estatísticas das necessidades das zonas a que servem, para evitar que o sistema industrial dessas zonas entre em colapso, como aconteceu presentemente.

Quais as providências que a Cia. tomou para cobrir o deficit de 252.000 KW já existente em 1949? Resolvem-la instalar uma usina térmica-eletrica, isto é, uma usina alimentada a óleo importado, agravando ainda mais a escassez de divisas, com que luta o país. Vamos dar a palavra ao dr. Lohmann:

- "Essa usina foi focalizada por Americana, em São Jérônimo, tendo sido iniciada em junho do ano passado (1952). Até aquela data, tudo correu normalmente, com os 300.000 óticos em funcionamento em março de 1954. Essa usina consome óleo combustível importado, e naturalmente só poderia constituir um processo uma medida de emergência, porque não se poderia compreender a instalação de uma usina térmico-eletrica num país como o nosso, que depende da importação de óleo, e onde há grandes possibilidades hidro-eletricas. Tivemos também a sorte de conseguir as máquinas com rapidez porque são duplicatas de outra usina construída em Cuba, pertencendo à mesma empresa que financia a Cia. Encerramos duas unidades de ... 30.000 KW, em março de 1954, termos mais de 30.000 KW no sistema."

Essas declarações do dr. Lohmann demonstram que a travessão, e, se quisermos nos garantir para sempre, devemos desde agora utilizar a grande obra que visa a encampação do patrimônio da concessionária. Os grandes serviços públicos devem ser explorados diretamente pelo poder público, com manda a sada política econômica. Somente com a formula da encampação poderemos pensar em possuir, no dia de amanhã, a necessária base de energia elétrica, absolutamente indispensável para a nossa independência econômica. Só os pequenos países gastam da mentalidade do colonia. E, diante da imensidão de nossos recursos não podemos aceitá-la. Queremos ser livres. Devemos ser livres. Temos de ser livres."

3.o) - Em 1957 as exigências do consumo subiram, pelo cálculo, que vimos fazendo, a 354.000 KW, e para atender-las a Cia. só dispõe de 210.000 KW, estando al incluídos somados 80.000 KW da usina de Peixoto. Resultado: o deficit em 1957 será de 54.000 KW.

4.o) - Ainda que a Cia. mantenha em 1957 as restantes 8 unidades na usina do Peixoto, 80.000 KW representados pelas duas primeiras unidades.

5.o) - Em 1957 as exigências do consumo subiram, pelo cálculo, que vimos fazendo, a 354.000 KW, e para atender-las a Cia. só dispõe de 210.000 KW, estando al incluídos somados 80.000 KW da usina de Peixoto. Resultado: o deficit em 1957 será de 54.000 KW.

6.o) - A única afirmação certa da Cia. é a promessa de continuar o uso do racionamento pelos próximos anos afora até 1957, quando esperar colocar na usina do Peixoto 80.000 KW representados pelas duas primeiras unidades.

7.o) - A única afirmação certa da Cia. é a promessa de continuar o uso do racionamento pelos próximos anos afora até 1957, quando esperar colocar na usina do Peixoto 80.000 KW representados pelas duas primeiras unidades.

Eis uns vereadores o quadro sombrio da nossa situação no futuro. A farta de energia elétrica, com que sonham os menos avisados e os não conhecedores do problema, é mera utopia. Enquanto a Cia. Paulista detiver em suas mãos a concessão dos serviços de luz e força o problema não poderá ser resolvido. Só se preocupa ela com os seus interesses. Não pensa no povo, que deveria servir. Não tem a honestidade de confessar a própria culpa diante da emergência que atravessamos. E, se quisermos nos garantir para sempre, devemos desde agora utilizar a grande obra que visa a encampação do patrimônio da concessionária. Os grandes serviços públicos devem ser explorados diretamente pelo poder público, com manda a sada política econômica. Somente com a formula da encampação poderemos pensar em possuir, no dia de amanhã, a necessária base de energia elétrica, absolutamente indispensável para a nossa independência econômica. Só os pequenos países gastam da mentalidade do colonia. E, diante da imensidão de nossos recursos não podemos aceitá-la. Queremos ser livres. Devemos ser livres. Temos de ser livres."

8.o) - Essas novas miseráveis 30.000 KW térmico-eletricos em



NEGADA APROVAÇÃO ÀS CONTAS DE GARCEZ PELA BANCADA SOCIALISTA

Não obedece a planejamento algum a aplicação dos dinheiros públicos — Gastou-se mais em oprimir o povo do que com a saúde do povo — Voto do dep. Rogé Ferreira, às contas do governador

A representação do Partido Socialista Brasileiro, na Assembleia Estadual, não pode aprovar as contas do governador do Estado, relativas ao exercício de 1952. O representante socialista na Comissão de Finanças, dep. Rogé Ferreira, obtendo vistas do processo, teve oportunidade de estudá-lo com o cuidado necessário, a fim de proferir o seu voto, independente de injunções político-partidárias, visando resguardar unicamente os interesses do povo, coerentemente com os princípios do Partido Socialista Brasileiro.

AS RAZÕES DA RECUSA

Pesando bem a responsabilidade da bancada socialista no Palácio 9 de Julho, do ponto de vista partidário, que é a defesa dos interesses do povo e, consequentemente, a defesa dos dinheiros públicos, diz o deputado Rogé Ferreira, no seu voto:

"A apresentação das contas é tecnicamente perfeita, isto é, quer na parte referente à receita, quer na parte da despesa, do balanço financeiro, da dívida pública, dos déficits do último quinquenio do resultado econômico. Mas o sentido do nosso voto contra a aprovação das contas do sr. governador do Estado é não só por causa do excessivo déficit considerado, como também da maneira como foram gastos os dinheiros públicos para a concretização desse vultosíssimo déficit."

DO DEFÍCIT

O orçamento do Estado para o exercício de 1952, aprovado pela lei n. 1.298, de 10 de novembro de 1951, apresentava as seguintes previsões:

Receita ... Cr\$ 9.513.070.000,00 Despesa ... Cr\$ 10.457.534.600,00 Déficit ... Cr\$ 944.464.500,00

Percebemos, então, que a Assembleia, ao aprovar o orçamento que previa o déficit de Cr\$ 944.464.600,00, nunca poderia suportar que esse déficit acarreasse por atingir a fabulosa importância de Cr\$ 5.709.419.633,30, dando, portanto, uma diferença do déficit previsto anteriormente, conforme o demonstra a simples operação que faremos: Déficit efetivo Cr\$ 5.709.419.633,30; Déficit previsto orçamentariamente: Cr\$ 944.464.500,00; Diferença: Cr\$ 4.764.955.033,30; Despesa efetiva: Cr\$ 15.222.489.633,30; Receita efetiva: Cr\$ 9.513.070.000,00; Déficit: Cr\$ 5.709.419.633,30.

Acima do orçamento vivemos, portanto, um déficit, que não era previsto pela Assembleia, de Cr\$ 4.764.955.033,30. E por mais que queram os peritos argumentar com créditos plurianuais, com créditos referentes ao Plano Quadrienal e com o acrescimo no patrimônio do Estado, nada nos demove da crença inabalável de que as obras e os serviços públicos realizados pelo governo no ano de 1952 não justificam o fabuloso déficit, pois os adicionarmos tal resultado negativo ao "Passivo Descoberto" constante do balanço do exercício de 51, tem-se o total de Cr\$ 7.711.299.360,20 como o "Passivo a Desembolso" ao encerramento do exercício de 52. Essa fabulosa cifra é o verdadeiro déficit do exercício de 52. E não fomos nós que o descrevemos, e sim a Contadoria do Estado, o Tribunal de Contas e o sr. Relator, à fls. 4, item 8, do seu parecer.

A emissão dos bonus rotativos, que atingiu o máximo nesse exercício de 1952 merecendo várias críticas à política financeira do sr. governador, apresentava, em 31-12-52 como saldo em circulação, a astromonica importância de Cr\$... 8.651.831.200,00, sendo passível de crítica, também sob esse aspecto, a emissão de bonus rotativos acima do previsto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DESPESAS

Vimos que foram gastos Cr\$ 15.222.489.633,30. Resta-nos analisar como foram gastos os bilhões e bilhões de cruzeiros. Olhando-se, para responder o ponto da Praça, se não se policiaria a cidade (de modo muito maior) da imprensa: roubos e mais roubos, assaltos, latrados à esquina, etc., etc., a im-



Dep. Rogé Ferreira

los auferidos; a cessação completa de obras sumptuosas como as do IV Centenario, cujo plano das Apólices populares foi um fracasso completo, haja vista que o povo não atendeu ao chamado, desinteressando-se completamente pela compra das referidas apólices, apesar da ruidosa e custosa propaganda feita pelo Gabinete do ex-Secretário da Fazenda; cessação da fabulosa obra da Cidade Universitária, atendendo-se à situação da Escola de Belas-Artes e da Escola Superior de Educação Física, para citarmos apenas duas, que se encontram sem verbas, sem aparelhamentos, sem nada, existindo por existir. A época é de austeridade."

CONCLUSÃO

Chegamos à conclusão de que as contas do sr. governador, no exercício de 1952, não são boas e, portanto, não merecem ser aprovadas pela Assembleia Legislativa.

A representação socialista não assume a responsabilidade de aprová-las, quer pelo excessivo déficit, quer pelo absurdo das despesas sem o menor planejamento económico no sentido das reais necessidades do povo. Entendemos um planejamento racional, no sentido do fomento agrícola, para que os gêneros de primeira necessidade sejam produzidos ao alcance do poder aquisitivo da população; entendemos um plano administrativo no sentido de não mais vermos o excessivo gasto com o pessoal, cessando quando admissíveis os novos funcionários; entendemos a construção de casas populares para que possamos ter o equilíbrio orçamentário dos trabalhadores, que vêm seus parcos salários serem consumidos pe-

INTERCAMBIO

Desejamos publicar com publicações similares.

On desire établir l'échange avec publications similaires.
We wish to establish exchange with similar publications.

Austausch mit ähnlichen Berichtszeitungen erwünscht.

ADDRESSE:

Folha Socialista,
Rua Tabatinguera, 362

SÃO PAULO — BRASIL

RESENHA INTERNACIONAL

Ainda a guerra fria

A guerra fria entrou nos últimos meses em uma fase de intensificação. A situação internacional se tornou menos tensa e ninguém mais fala em guerra iminente. O armistício da Coreia, embora limitado à cessação das hostilidades, é o trato de prisioneiros, foi o principal fator do arrefecimento.

As negociações para a efetivação do armistício prosseguem laboriosamente e cheios de incidentes. Numerosos incidentes vêm interferindo também no processo de doutrinação dos prisioneiros que se recusaram a ser repatriados.

Tão bem laborias são as negociações para uma conferência quadrangular, que deverá tentar mais uma vez solucionar os problemas pendentes desde o final da guerra, isto é, há oito anos. De lado a lado parece não haver grande interesse na realização da referida conferência e na solução dos problemas da Alemanha e Áustria. A URSS acaba de rejeitar mais uma vez o convite para a realização da Conferência Quadrangular, proposta em troca uma Conferência de cinco potências, incluindo a China comunista, para discutir a tensão munidental.

Tanto a Rússia como os Estados Unidos sabem que os problemas pendentes na Europa e na Ásia são insolubis, nas bases atuais de divisão do mundo em esferas de influência. As tendências expansionistas de um é de outro são ilimitados. Nenhum dos contendores pretende abrir mão das posições já conquistadas. As negociações nadam só no que manobras dilatárias que visam ganhar tempo, na esperança de uma crise séria em um ou outro bloco.

Para os socialistas o atual arrefecimento traz novas e fundadas esperanças no futuro. O afastamento do perigo de uma guerra real, que é hoje mais certo de que em qualquer outro momento depois do conflito armado, permitirá um reagrupamento das forças interessadas na paz.

A questão de Trieste

A oposição vigorosa da Jugoslávia à tentativa de dar uma solução unilateral ao problema de Trieste parece ter surtido efeitos. Os Estados Unidos e a Inglaterra adiaram a execução de sua resolução de entregar a zona A à Itália e mostraram-se dispostos a examinar novamente o problema, com a participação dos interessados. A tentativa de modificar unilateralmente os termos do Tratado de Paz com a Itália não corresponde aos interesses dos países do centro da Europa que tem em Trieste o seu escudo natural para o mar. O Partido Socialista da Áustria acaba de se pronunciar contra a decisão tomada pelos Estados Unidos e Inglaterra, dirigindo-se também à International Socialista.

A atitude do Partido Socialista da Áustria é mais uma prova de que o problema de Trieste não pode ser examinado e resolvido em função de interesses nacionalistas e patrióticos e sim na base das necessidades económicas dos países da Europa central. Tudo indica que a resolução tomada por ocasião da elaboração do Tratado de Paz com a Itália, da criação de um território autônomo, é ainda a que mais consulta os interesses dos países que se utilizam do porto de Trieste.

Todo SUCESSO tem seu fator



Obtenha o máximo de seus esforços com o uso diário do BIOTONICO FONTOURA

Proporciona ao seu organismo os elementos

indispensáveis para compensar os desgastes

físicos, decorrentes de atividades intensas

BIOTONICO **FONTOURA**

G MAIS COMPLETO
EQUITATIVO

Embora surjam na política exterior soviética ainda antes da Segunda Guerra Mundial elementos reacionários e imperialistas, que depois dessa guerra se tornaram dominantes, a época tem sido a destruição interna da União Soviética, nem a externa ainda era suficiente para que o hegemonismo imperialista — esse produto típico do sistema estato-capitalista do despotismo burocrático — pudesse apresentar-se em forma agressiva virulenta. A situação mudou no curso da Segunda guerra mundial e após esta. A força e o papel da União Soviética nas relações internacionais aumentaram consideravelmente e os governantes encontraram-se, pela primeira vez, em torno de uma mesa verde e em posição de igualdade com outras grandes potências para decidirem a sorte do mundo, que mal acabava de sair da guerra. Nessas novas condições uniram que vir à tona por lei natural, todas as tendências reacionárias geradas pelas relações sociais estato-capitalistas castigadas na União Soviética e tornarem-se cada vez mais agressivas, na medida em que os governantes soviéticos sentiam crescer suas forças na arena política internacional. O despotismo burocrático nas relações políticas internas tinha que apresentar suas relações internacionais sob a forma de agressivo hegemonismo imperialista.

Na política exterior essa tendência exprimiu-se no espetacularmente aberto do princípio de autodeterminação e igualdade de direitos dos povos nas relações internacionais e no abandono do princípio de segurança coletiva. Começou a luta com outras grandes potências pela parilha do mundo. A União Soviética, pois, envolveu-se publicamente em ação agressiva pela obtenção da maior pressa imperialista possível. A ameaça com a guerra tornou-se a principal arma soviética nessa luta. Manteve-se sistematicamente a guerra fria como sinônimo permanente que mais necessária e mais favorável era para uma política de tal espécie.

Com isso, modificou-se substancialmente também a atitude soviética para com o movimento operário proletário internacionalista. Tanto subjetivamente quanto objetivamente a hegemonia soviética não mais serviu ao fortalecimento desse movimento. Pelo contrário, tudo quanto pudessem desempenhar papel independente, tudo quanto pudessem ameaçar a autoridade absoluta dos governantes soviéticos sobre os povos tinha que ser destruído, e isto presunção de que o movimento socialista evidenciou-se visivelmente, antes de tudo, o processo de transformação definitiva dos partidos comunistas em simples agências da política exterior soviética e da destruição de tudo quanto senda socialista e progressista, não reconhecesse acima de si a autoridade dos hegemonistas soviéticos. Foi lançado o slogan de que somente o exercício soviético pode libertar a classe operária de outros países e trazer-lhe o socialismo. Com isso liquidamente conscienciar e sistematicamente os partidos comunistas como forças políticas independentes da classe operária e transformá-los em pesos do mecanismo burocrático do poder exterior soviético. Elas também de tudo que serviria como instrumento na política de intimidação e de extorsão e para parar terreno para a hegemonia soviética sobre os povos.

O passo mais nítido sentido foi a ação soviética anti-lugoslava iniciada em 1948 da as cartas do CC do PC (b) da URSS e com a resolução do Comitê. Não foi por acaso o ter sido dirigido justamente contra nós a mais virulenta raiva de Stalin. A revolução socialista na Iugoslávia brotou e desenvolveu-se das condições sociais e políticas próprias e venceu nas oportunas forças de classes operárias e do povo trabalhador iugoslavo. Isto é, elas eram forças dirigentes socialistas, independentes e conseguiram socialistas independentes, não coroladas pelo burocrata, ou como as concepções que Stalin disseminou pela Europa Oriental juntamente com governos intrometidos. Ao mesmo tempo desenvolvendo-se vitoriosamente no Extremo Oriente mais uma revolu-

Resistência que abriu uma nova era

(Continuação do número anterior)

EDWARD KARDELJ

III
ção emanada de próprias forças, aquilo que se considerava "erro" se tornara a verdadeira essência



e o princípio fundamental da política exterior soviética. Embora o ato agressivo soviético contra a Iugoslávia não tenha sido o primeiro passo soviético desse tipo, não obstante foi de qualquer maneira o mais significativo. Isto, em primeiro lugar, por ter evidenciado, com clareza maior que qualquer outro ato da política soviética até então, a essência dos processos reacionários na vida social da União Soviética e, segundo, por ter a resoluta resistência da classe operária e do povo da Iugoslávia mostrado que se aproximava de seu fim a época da hegemonia soviética no socialismo internacional. Por isso dizemos com razão que a resistência das forças socialistas da Iugoslávia às aspirações hegemonistas soviéticas representava o início de um novo período no desenvolvimento do socialismo internacional.

Programa da frente democrática

1) — POLÍTICA ECONÔMICA

1 — Reforma bancária baseada nas seguintes medidas: a) Lei bancária; b) Banco Central do Estado; c) Banco Hipotecário, Agrícola e Industrial; d) Transformação do Banco do Brasil em Banco Comercial e de Exportação e Importação.

2 — Nacionalização das fontes básicas de energia (eletricidade, petróleo e carvão). Planejamento da utilização das fontes básicas de energia no sentido de permitir a industrialização do país através do fornecimento de energia abundante e barata.

3) Recuperação e ampliação do sistema de transportes ferroviário, rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo, visando assegurar transpor- to barato e eficiente para a produção agrária e industrial.

4 — Planejamento do desenvolvimento industrial nos setores básicos, com a participação do capital nacional e estrangeiro em condições de igualdade, impedindo a formação de monopólios ou a evasão de capitais, mediante legislação adequada.

5 — Mobilização dos recursos necessários para a execução dos Itens, 1, 3 e 4 através de taxação forte e progressiva dos rendimentos das pessoas físicas superiores 900 mil cruzeiros anuais e da herança.

6 — Defesa intranqüilante das liberdades democráticas da mais ampla liberdade de crenças religiosas e filosóficas da liberdade de locomoção de reunião, de associação e de manifestação da palavra franca escrita e irradiada; extinção dos monopólios de imprensa e rádio; abolição dos favores oficiais às empresas jornalísticas.

7 — Liberdade e autonomia sindical dos sindicatos; direito de greve; aperfeiçoamento e aplicação da legislação trabalhista, de modo a assegurar rigoroso e efetivo cumprimento de suas disposições.

8 — Mobilização acerba da administração pública e racionalização da mesma; abolição dos privilégios contrários aos interesses da coletividade (participação em multas, cotas-partes etc.).

9 — Rigorosa política de austeridade nos gastos públicos e privados; repressão à especulação imobiliária; racionamento drástico das utilidades superficiais ou de luxo das classes privilegiadas.

10 — Manutenção de relações

diplomáticas e comerciais em todos os países soberanos em condições de igualdade absoluta; revo- gação dos tratados diplomáticos e comerciais lesivos à soberania ou à economia do país; participação ativa na luta pela manutenção da paz nos quadros da ONU.

Esse programa não é um programa socialista completo. É um programa de ação imediata adaptada à atual fase de desenvolvimento do nosso país. As suas premissas fundamentais.

2) — REFORMA AGRÁRIA

1) Que a Constituição Federal seja reformada, de modo a possibilhar a indenização das terras desapropriadas por interesse social, contrariando ao interesse geral. Esta realização está integrando todos aqueles que desejam o desenvolvimento do país em benefício de toda a população e não o interesse atual de que se lo- ruplha uma minoria egoísta e voraz. Esse programa assegurará a independência econômica do país e sua libertação da exploração do capital imperialista, aliado aos latifundiários e a uma parte da burguesia nacional.

2) Que sejam estabelecidas leis legais para a justa indenização à base do custo histórico do imóvel improdutivo e decom- clausão das valorizações decorrentes de obras e serviços públicos.

3) Que sejam reduzidos para dez e cinco anos, respectivamente, os prazos de usucapião entre ausentes e entre presentes em favor de agricultores que efetivamente produzem nas terras ocupadas.

4) Que sejam apoiadas todas as iniciativas no sentido de facilitar a desapropriação por interesse social o arrendamento compulsório das terras improdutivas, mal aproveitadas ou exploradas em desacordo com o bem estar social,

— especialmente os principais condonantes do esboço de lei de acesso à exploração agrícola, nos termos em que foi apresentado à Comissão Nacional de Política Agrária.

5) Que sejam atacadamente combatidas as processos de exploração do trabalhador rural, notadamente os elevados preços de arrendamento particular e as sociais-materias injúrias periconianas de parceria agrícola farrendo, meração, etc.) que somente concorrem para encarecer a produção em detrimento dos interesses dos direitos dos trabalhadores da terra.

6) Que o trabalho seja sempre considerado o regulador definidor do direito à exploração da terra, dai resultando: a) a necessidade de serem facilitados os meios de ocupação a níveis de densidade a níveis das estradas de penetração; b) a conveniência de serem fixados índices de produtividade para as diversas regiões agrícolas, como condição de posse da gleba expedita.

7) Que a agricultura de subsistência seja obrigatoriamente intercalada ou a elas anexada quantos elementos de proteção à especulação imobiliária; racionamento drástico das utilidades superficiais ou de luxo das classes privilegiadas.

8) Que a recompensa do trabalho agrícola seja assegurada nos

lização do país e reforma agrária — beneficiando todo o povo e só restrinquirá-lo os privilégios excessivos da atual classe dominante.

9) Que os financiamentos agrícolas assegurem aos agricultores a possibilidade de realizarem o próprio beneficiamento das suas colheitas, a fim de que possam regular a exploração das maquinárias e atendidas aguardabordadoras dos produtos não beneficiados.

10) Que seja planejada a implantação da indústria nacional de automóveis e peças, principalmente para assegurar transportes barato aos produtos agrícolas, bem como disseminada a pequena mecanização e a irrigação racional no lado de processos técnicos de defesa do solo.

11) Que as conquistas das trabalhadores rurais em busca de sua estabilidade econômica só serão atingidas se lhes forem asseguradas assistência escolar, técnica-profissional e médica.

12) Que os militantes do Partido exijam o fiscalismo com o maior rigor e efetiva aplicação em benefícios de ordem rural da metade da cota do imposto de renda atribuída a cada município, conforme determina o parágrafo 4º do artigo 15 da Constituição Federal.

13) Que os socialistas brasileiros, em particular os representantes do governo no Congresso e nas Assembleias Municipais, lancem a propaganda da luta de liberação popular que se submetem diretamente ou indiretamente à hegemonia soviética, transformando-se eventualmente em instrumento de estranhos nos entrechoques zelais internacionais, perdem seu papel independente, afirmando contudo que o que se opõe às aspirações hegemonistas soviéticas e, por isso, acarretam a derrota a si mesmos e a infelicidade ao seu povo. Somente os movimentos de libertação nacional que não consistam em tornar-se brigados em quaisquer moldes estranhos àqueles que podem contar com o apoio da humanidade progressista e com sua vitória.

Todos esses processos e semelhantes desenvolver-se-ão, nestes cinco anos desde a resolução anti-lugoslava do Comitê. Já este curto prazo mostrou o quanto foi indispensável e útil, não só à proteção dos interesses do povo trabalhador da Iugoslávia mas também, todo o desenvolvimento do socialismo no mundo, de fato, os comunistas iugoslavos em 1948 opôs resolutamente às exigências hegemónicas de Stalin. — (Continua)

Coopere conosco!
APONTE-NOS AS
FALHAS DESTE
JORNAL!

PLACAS — PANEIS

E — Publicidade em Geral

Empresa de Pinturas

PINX LTDA.

Etc.: R. Dr. Blencourt Rodrigues, 146 - Fone 26-1101
Of.: R. Lucas Obes, 1133 (Spiranga)

Examinando «in loco» os problemas dos bairros

Os bairros operários de nossa Capital continuam merecendo a atenção da atual administração municipal, que dentro das possibilidades do orçário municipal, vêm dando cumprimento ao Plano de Emergência. Neste sentido a Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal, a cuja frente se encontra o sr. José Caetano Alvaras, vem desenvolvendo todos os esforços, dentro do esquema de tra-

Visita do engenheiro João Caetano Alvaras a bairros operários - Parque infantil para o Bairro Siciliano - Reivindicações de Vila Romana, Vila Moxei e Lapa de Baixo - Pavimentação da rua Caiowas

balho traçado para que os serviços públicos possam atingir um nível de melhoria compatível com as forças da metrópole de que desfruta São Paulo.

Estava o engenheiro João Caetano Alvaras em visita ao bairro Siciliano, onde foi recebido, na manhã do domingo último, pelos diretores da Sociedade Amigos do

Bairro Siciliano, da Sociedade 22 de Março, de Vila Romana.

PARQUE INFANTIL

Percorreu o secretário de Obras, os trabalhos em execução nas ruas Mapili e Mangaratiba, determinando, após ouvir os moradores do bairro, medidas imediatas visando melhorar as condições de serventia de algumas vielas e travessas, em conjugação com o plano de melhoria geral. Uma das finalidades da visita era tomar conhecimento do local destinado à instalação do parque infantil, que mereceu aprovação. Foi aprovado também o plano de prolongamento do trajeto do ônibus "Vila Romana", linha 50.

Um dos problemas prementes

do Bairro Siciliano é a ligação com Vila Romana, feito através de uma precária ponte de madeira, sobre o correio Guará, tendo prometido a solução do pro-



Eng. João C. Alvaras

blema, até princípios do ano vindouro, pela construção de uma estrada.

EM VILA ROMANA E VILA MOXEI

Em Vila Romana o sr. José Caetano Alvaras examinou detalhadamente o problema da captação de águas pluviais, especialmente nas junções das ruas Marco Aurélio e Fábia, que nas épocas de chuva, constitui o tormento dos moradores daquela zona.

Também em Vila Moxei, foi estudada a questão do celebreiro correio do Mandi, que provocou inundações que muito infelicitaram aquela população nas ocasiões de chuva.

LAPA DE BAIXO

Recebido por uma comissão de moradores da Lapa de Baixo, no qual se incorporaram os de Vila Moxei, o sr. José Caetano Alvaras teve oportunidade de expor o plano da Secretaria de Obras.

(Conclui na 2.ª pag.)

ANO V

5 de novembro de 1953

No 11

Por falta de fiscalização da D.R.T.

MORTA NO TRABALHO EM VALINHOS UMA CRIANÇA DE APENAS 9 ANOS

Tenta o gerente da Cerâmica F. C. subornar a família da vítima - Dez mil cruzeiros o preço de uma vida - Indiferença das autoridades de Campinas - Recurso para a Procuradoria Geral do Estado



Abaixo da infeliz morte Martin Ribeiro, mostrando à reportagem de "Folha Socialista", os Cr\$ 10.000,00, que lhes foram mandados entregar pelo sr. Jerônimo Alves Corrêa, a fim de que a família da vítima "colocasse uma pedra em cima da caixão".

Vivendo sob um regime de irresponsabilidade, não pode o povo brasileiro, principalmente os trabalhadores, esperar outra coisa que o desrespeito aos direitos do cidadão, ao ponto de desprezo à vida humana, desde que com isso se possa aumentar o lucro e ampliar facilmente a fortuna de qualquer figura da política ou cargo eleitoral de arribalde. Não importam os meios, por mais corruptos que sejam. Para garantir um êxito eleitoral, coloca-se à testa dos órgãos garantidores da execução da lei, qualquer figura que mereça confiança da classe dominante, pouco importando a forma como se desempenhará do cargo. Assim, acontece nenhuma dependência do Ministério do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho, do governo estadual, do sr. Getúlio Vargas e Juiz Gonçalves. Não existe em São Paulo fiscalização das telas do trabalho, os fiscais não parecem de metoo cabos prestadores nos mesmos senhores. A imprensa não se tanta de denunciar fatos revoltantes de desumane fatores revolucionários de des-

(Conclui na 2.ª pag.)



Dep. Cid Franco

REPÚDIO AO PISTOLEIRO NA ASSEMBLÉIA ESTADUAL Tenorio visita o Palácio "Nove de Julho" - Retirada da bananeira Socialista

O deputado udenista Iluminense Tenorio Cavalcanti visitou em dias da semana passada a Assembleia Legislativa Estadual. O deputado Tenorio, hoje celebrado como o pistoleiro de Caxias, pelas suas façanhas de político de "farwest" ou de potenteado feudal, só cujos onbros pesam as acusações de alguns crimes de morte, foi recebido pelos deputados paulistas, com honras de chefe de Estado. Discorrendo da maioria, o deputado Cid Franco pronunciou o seguinte discurso:

"Revista e jornais de todo País registram a minha consciência de socialista democrático e de espirito militante. Retiro-me da plateia, Sr. Presidente, sem armas e sem odios, apenas armado de minha doutrina de minha força e de minha filosofia, em sinal de protesto contra a primaria política da valentia física, da punhalada, do tiro, da violência".

Tornando mais claro o resumo da bancada socialista ao representante da política de gangsterismo, os deputados Cid Franco e Rogé Ferreira retiraram-se do plenário, para que o entendimento de Tenorio se processasse sem a cumplicidade dos socialistas.

ESCOLA DE PELEGOS

Preleto o secretário do Trabalho, sr. Ferreira Keffler, instituir na nossa Capital uma possivelmente chamada Escola de Lideres Sindicais, cujas finalidades, ao entender daquele membro do Executivo estadual, é preparar os trabalhadores para dirigirem as entidades da classe do grupo profissional a que pertencermem. Ao que se adianta, através de sua entrevista concedida à imprensa, o plano está pronto e está na dependência apenas da aprovação do governador Lucas Nogueira Carceri.

Dentro do esquema traçado pelo sr. Ferreira Keffler a dila escola de líderes, terá caráter universitário especializado, atendendo a sugestões de muitos dirigentes sindicais, que pretendem dessa juntada chegar a uma suposta aspiração dos trabalhadores filiados às entidades organizadas, e onde já adquiriram estabilidade de cargo, graças a legislação intervencionista que regula a vida do Sindicato no Brasil.

Na realidade o que o plano Ferreira Keffler pretende, nada mais é do que a formação de superlícias conhecedores de legislação trabalhista que inevitavelmente se instilarão técnicos disso ou técnicos daquilo, nos moldes dos vários cursos de direito social, de direito disso ou daquilo, mantidos pelo SESI, pelo SESC e queindas, para dicionar pelegos e erigilos em líderes sindicais.

Esquece-se o autor do plano

que a verdadeira escola de dirigentes sindicais é a própria instituição sindical, exercida com honestidade. E validade sindical não se consegue enquanto o sindicato não conseguir a sua ampla autonomia de entidade clássica, sem interferência ministerialista. Se elementos destas no daqui-

corrente empolgam os sindicatos, que estarem melhor treinados e mais profissionais sua entreatraço a sr. Ferreira Keffler, e porque adquiriram conhecimento, treino e experiência através de uma militância exercida com conscientização de deveres para com a classe.



Acha-se em curso na Câmara dos Deputados um projeto de lei que assegura a todo empregado, no fim do ano, uma gratificação mínima correspondente a um ordenado. Provavelmente, ficará engavetado, da mesma forma que se acham os projetos de lei sindical, de regulamentação do direito de greve, de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e outras semelhantes. Sabemos muito bem que a grande maioria dos "representantes do povo" que compõem a Câmara e o Senado é composta de políticos profissionais que representam apenas seus próprios interesses e os das classes capitalistas.

Esse projeto, entretanto, deve merecer uma campanha para que se torne lei dentro de pouco tempo. Trata-se de um projeto simples, que não pode exigir muitas discussões no Congresso, nem demorados parecidas das comissões, da modo a justificá-lo. Demoras, como tem acontecido com outros projetos, portanto, desse que fazia uma campanha bem organizada entre os trabalhadores, pela aprovação dessa proposta, os sr. deputados, que precisam de manter seu eleitorado e, por isso, estão obrigados a atender às cam-

panhas populares, serão compelidos a aprová-lo.

A gratificação de fim de ano atende a uma reivindicação muito sentida entre os trabalhadores de todas as categorias. Os salários, no Brasil, encontram-se em nível extremamente baixo. Qualquer trabalhador, em média, não ganha o suficiente para atender as necessidades básicas, próprias e de sua família. Por isso, a gratificação de fim de ano é sempre esperada, por todo assalariado, como um meio de afrouxar as aperturas do seu magro orça-

mento doméstico, para a compra de uma roupa melhor, de sapatos para os filhos, de um presente para a mulher, enfim, para esses pequenos gastos que fogem da rotina de todo mês mas que fazem parte elementar da vida de todo ser humano, na sociedade atual. Por isso mesmo, em muitas empresas já foi adotado o sistema da gratificação de fim de ano. Mas tal gratificação, quando existem, têm o caráter de "liberalidade" do empregador, e este se utiliza disso, em regra, para excluir as colas do empregado. Se

dá a gratificação nos empregos que se mostram "eficientes, disciplinados, obedientes". A gratificação de fim de ano deve, portanto, ser convertida em direito assegurado em lei, a todo trabalhador, inclusive e principalmente ao trabalhador do campo. Mesmo porque, não

(Conclui na 2.ª pag.)

Gratificações de Fim de Ano